

**Ministério de Minas e Energia**  
**Assessoria de Comunicação Social – ASCOM**

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

**Correio Braziliense**

[Título: Petrobras não é responsável por alta](#) ..... 10

**Valor Econômico**

[Título: União e Petrobras voltam a negociar amanhã acordo para cessão onerosa](#) ..... 13

[Título: Investimento no setor deve cair neste ano](#) ..... 14

[Título: Unica critica IPI menor para carro elétrico](#) ..... 20

**Sumário**

**VEÍCULO: O Globo** ..... 2

Título: Parente: relatório do Ibama sobre óleo é ‘equivocado’ ..... 2

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo** ..... 4

Título: Sem reforma, governo mira Eletrobrás ..... 4

**VEÍCULO: Folha de S. Paulo** ..... 5

Título: Petrobras reduz preço de gás de botijão maior ..... 5

Título: Ibama acusa Petrobras de subnotificar despejo de óleo no mar ..... 5

|                                                                                     |           |
|-------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>VEÍCULO: Correio Braziliense .....</b>                                           | <b>7</b>  |
| Título: Venda da Eletrobras na berlinda .....                                       | 7         |
| Título: Motoristas fazem fila por gasolina a R\$ 3,899 .....                        | 8         |
| Título: Petrobras não é responsável por alta .....                                  | 10        |
| <b>VEÍCULO: Valor Econômico .....</b>                                               | <b>11</b> |
| Título: Para ANP, sucesso no México é boa notícia para leilão brasileiro .....      | 11        |
| Título: União e Petrobras voltam a negociar amanhã acordo para cessão onerosa ..... | 13        |
| Título: Investimento no setor deve cair neste ano .....                             | 14        |
| Título: Ação no Piauí quer barrar AGE da Eletrobras .....                           | 15        |
| Título: Complexo da Braskem em Alagoas opera parcialmente há três semanas .....     | 17        |
| Título: Curtas .....                                                                | 17        |
| Título: Excesso de aço na Europa é de 20%, diz CEO da Voestalpine .....             | 18        |
| Título: Unica critica IPI menor para carro elétrico .....                           | 20        |

**VEÍCULO: O Globo**

**Seção: Economia**

**Autor: André De Souza**

**Título: Parente: relatório do Ibama sobre óleo é 'equivocado'**

Presidente da Petrobras afirma que estatal está revisando método

O presidente da Petrobras, Pedro Parente, discordou dos termos de relatório do Ibama, que acusou a estatal de ter fornecido dados falsos para a análise de contaminação de águas, fraudando o real impacto ambiental provocado por sua atividade de exploração marítima de petróleo. O caso foi revelado, ontem, pelo GLOBO. De acordo com o parecer técnico 43/ 2017 do Ibama, obtido pela reportagem por meio da Lei de Acesso à Informação, a Petrobras subavaliava a quantidade de óleos e graxas despejados no oceano por plataformas como a P-51, localizada na bacia de Campos, no Norte do litoral fluminense. O teor de óleo e graxa jogado no oceano é, segundo o parecer, até 1.925% superior ao informado. Pedro Parente explicou, porém, que há duas metodologias regulamentadas pelo Ibama. A Petrobras usava uma, e, agora, o órgão estabeleceu que a outra deveria ser utilizada. Segundo ele, não há fraude, e já está em discussão um termo de ajustamento de conduta (TAC) com o Ibama. — Existem duas metodologias regulamentadas pelo Ibama. Em determinado

momento eles entenderam que deveria deixar de ser por uma metodologia e deveria ser feita por outra metodologia.

As duas são regulamentadas pelo próprio Ibama. É isso que estamos discutindo. Achamos equivocados os termos do relatório, mas o fiscal tem autonomia para escrever o que quiser, embora tenhamos também o direito de discordar. Estamos absolutamente serenos quanto a isso, até porque já estávamos em entendimento com o próprio Ibama de fazer esse termo de ajustamento de conduta — afirmou Parente. Segundo ele, a metodologia é seguida pela Petrobras desde 1986, conforme orientação do próprio Ibama. — De maneira nenhuma concordamos com os termos daquele relatório, uma vez que estava sendo feito como exatamente o Ibama dizia que tinha que ser feito desde 1986. Portanto, discordamos dos termos desse relatório, mas estamos trabalhando com o Ibama. Temos certeza de que haverá compreensão no final para a assinatura deste termo de ajustamento de conduta — disse Pedro Parente.

Quando foi procurada pela reportagem do GLOBO, a Petrobras já tinha informado que usa o mesmo método de medição do teor de óleo e graxa (TOG) na água produzida desde 1986, sempre cancelado pelo órgão ambiental, e que o Ibama mudou seu entendimento sobre como as análises devem ser feitas apenas em 2015. A estatal, ademais, negocia há seis meses um termo de compromisso com o órgão para se adequar às novas regras. O documento tem previsão de assinatura para as próximas semanas e envolverá não só a P-51, mas cerca de 30 plataformas da Bacia de Campos. Com isso, o Ibama planeja regularizar a situação em toda a região em uma média de três anos. Parente esteve em Brasília ontem e visitou a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia. Ele negou que tenham conversado sobre algum processo de interesse da Petrobras na Corte. — Foi uma visita institucional. Não tinha tido essa oportunidade de visitar a presidente. Falamos de Petrobras. Ela é uma pessoa que gosta muito da Petrobras. Mas nenhum tema específico foi discutido. Foi institucional, como fiz na semana passada também com a procuradora-geral da República (Raquel Dodge) — disse o presidente da estatal.

Opinião : MUNDO PARALELO

É grave a acusação do Ibama e da Polícia Federal de que a Petrobras fraudou dados sobre a poluição provocada pela exploração no mar, como revelou O GLOBO. Grave não apenas pelo fato em si, mas por se tratar de uma empresa pública.

Se tudo for confirmado, será de se lamentar que a Petrobras continue com a velha cultura da falta de transparência, mas também de agir como fosse autossuficiente, sem compromissos com o Estado e a sociedade.

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo****Seção: Economia****Autor: Adriana Fernandes e Igor Gadelha****Título: Sem reforma, governo mira Eletrobrás**

Nova agenda econômica do Planalto inclui ainda a simplificação de tributos, como PIS e Cofins, e medidas para aumento de produtividade

Sem a reforma da Previdência, o governo vai concentrar a agenda econômica na privatização da Eletrobrás, simplificação de tributos e medidas para aumentar a produtividade. Segundo um integrante do governo, o adiamento da reforma não é "o fim do mundo", mas vai impor a necessidade de agilizar a aprovação de medidas econômicas que ficaram à espera da aprovação da Previdência, como o projeto de recuperação fiscal das empresas. A reforma do PIS e Cofins, tributos com cobrança complexa, pode finalmente ganhar espaço na agenda. O governo começou a costurar tecnicamente uma saída para evitar a mudança no setor de serviços, que promoveu no ano passado forte lobby contra essa microrreforma tributária. Uma reforma tributária mais ampla não tem chance de avançar em ano eleitoral.

Fontes do governo reconhecem, no entanto, que até o fim de março e início de abril a definição das candidaturas, com a necessidade de desincompatibilização, devem tomar o espaço da agenda econômica. O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, é uma das autoridades que podem deixar o cargo para se candidatar à Presidência. Sem as negociações dos inúmeros Refis (parcelamento de débitos tributários), que dificultaram a aprovação da agenda econômica, a expectativa é que o caminho esteja mais aberto no Congresso.

O Banco Central (BC) tem uma pauta de votação de projetos já aprovados no Senado que espera avançar na Câmara, como as mudanças no cadastro positivo e no relacionamento da instituição com o Tesouro Nacional. A discussão da regra de ouro (que impede o governo de se financiar para pagar gastos correntes, como conta de luz e salários) e da diminuição das amarras do Orçamento (o excesso de vinculações) são outros temas que podem ganhar força, segundo fontes. Uma fonte da equipe econômica avaliou que no curto prazo a situação é muito boa, porque o crescimento mais forte em 2018 já está dado, ao lado do excesso de recursos para investimentos no mercado internacional.

Os fundos de investimento estrangeiros estão aumentando as aplicações no Brasil. O que preocupa, no entanto, é que ocorrerá em 2019, já que o próximo presidente terá de emplacar a reforma da Previdência para continuar o ajuste fiscal. Agenda própria. Na busca de maior protagonismo, o presidente da

Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que também é presidenciável, já definiu uma agenda alternativa à reforma. A avaliação do grupo do parlamentar é de que, se ele quiser ser candidato, não pode ficar preso apenas à agenda impopular, como a das mudanças previdenciárias. Sem a Previdência, Maia deve eleger como uma de suas prioridades o projeto de privatização da Eletrobrás, enviado pelo governo à Câmara em janeiro.

Na agenda pós-Previdência, há também a proposta de desoneração da folha de pagamento, que está parada em uma comissão especial, projetos que alteram as regras de licenciamento ambiental e de distratos – para quem desiste da compra ou venda de imóvel na planta. Defendida pelo governo, a reforma tributária não deve ser priorizada por Maia. Seus aliados admitem que será difícil emplacar a matéria, que também é tema de difícil consenso entre os governadores. Maia quer pôr em votação projetos com apelo popular, como mudanças nos planos de saúde para idosos e propostas na área da segurança pública.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Seção:** Mercado

**Autor:**

**Título:** Petrobras reduz preço de gás de botijão maior

### **Mercado aberto**

A Petrobras anunciou nesta segunda (5) redução de 4,6% no preço do gás liquefeito de petróleo (GLP, o gás de cozinha) vendido em grandes vasilhames para clientes industriais e residenciais. A decisão não afeta o valor do produto vendido em botijões de 13 quilos, mais consumidos por residências.

É o segundo corte consecutivo no preço do gás para uso industrial. Em janeiro, a redução foi de 6,3%. Segundo a estatal, a alteração reflete a queda das cotações internacionais do produto, diante da proximidade com o fim do inverno no hemisfério Norte.

A empresa é obrigada a praticar preços diferentes de acordo com o destino do GLP —o de 13 quilos é mais barato.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Seção:** Cotidiano

**Autor:** Lucas VettoRazzo - DO RIO

**Título:** Ibama acusa Petrobras de subnotificar despejo de óleo no mar

Para órgão ambiental, petroleira usa cálculo que reduz apenas no papel a quantidade de impurezas na água; estatal nega manipulação

O Ibama produziu parecer em que acusa a Petrobras de subnotificar o despejo de óleo e graxa no mar resultante da exploração de petróleo na Bacia de Campos, região petrolífera do norte do Estado do Rio de Janeiro. A petroleira é acusada de usar método para medição de despejo de óleo que omite parte do chamado "óleo de produção" no oceano. Quando uma petroleira retira óleo e gás do leito marinho, o produto que emerge é uma mistura de óleo e água. Essa água passa por processo de tratamento e depois é devolvida ao mar.

É comum que essa água seja despejada com quantidades pequenas de óleo e graxa. Há uma margem de tolerância do Ibama para isso. Segundo revelou nesta segunda (5) o jornal "O Globo", a plataforma P-51 estaria despejando volume até 67 vezes acima do autorizado pelo órgão ambiental. Além dessa plataforma, outras 30 da empresa estariam em desacordo com as normas.

O despejo de água com valores superiores de óleo estaria provocando manchas no mar, afetando a vida marinha na região. A Petrobras é acusada de usar um método de cálculo que reduz, no papel, a quantidade de óleo despejada. Em 2015, o Ibama teria modificado a forma de avaliar esse despejo e há cerca de seis meses Petrobras e Ibama deram início a um acordo para que a estatal se adaptasse aos critérios exigidos.

O Ministério Público Federal abriu inquérito civil para apurar a questão. Ao menos cinco multas chegaram a ser lavradas contra a petroleira devido ao despejo de água com óleo acima do percentual permitido. A maior seria de R\$ 14,2 milhões, da qual a empresa não chegou a recorrer.

Outro lado

A Petrobras afirma que todas as suas plataformas de petróleo em atividade passaram por licenciamento ambiental e que o modelo de cálculo de óleo na água despejada é o mesmo desde 1986. "A visão do Ibama sobre o processo mudou mais recentemente e, com isso, estabeleceu-se um diálogo para a transição, com a companhia já tendo chegado a um entendimento com o órgão regulador ambiental", afirma a empresa em nota.

No comunicado, a Petrobras reconhece que busca mudança no método de cálculo e despejo da água contaminada com óleo. "Vamos evoluir, reforçando o nosso compromisso e respeito ao meio ambiente", afirma, na nota, a diretora de Exploração e Produção da Petrobras, Solange Guedes.

A estatal, no entanto, refuta a acusação de manipulação de seus dados. De acordo com a empresa, a Petrobras envia regularmente ao Ibama dados "fidedignos e verdadeiros" e que o modelo atualmente utilizado pela empresa "atende à legislação aplicável e que todas as plataformas de produção da empresa estão devidamente licenciadas pelo órgão ambiental".

**VEÍCULO:** Correio Braziliense

**Seção:** Economia

**Autor:** Simone Kafruni

**Título:** Venda da Eletrobras na berlinda

Com assembleia geral extraordinária (AGE) marcada para quinta-feira para viabilizar a venda de seis distribuidoras de energia nas regiões Norte e Nordeste, a Eletrobras virou alvo de uma enxurrada de ações. Sindicatos e defensores da manutenção da empresa sob controle do governo recorreram à Justiça para barrar a AGE e evitar a privatização do Grupo Eletrobras.

O advogado Antônio Campos, autor da ação popular contra a medida provisória que autorizou os estudos para privatização da Eletrobras, que ganhou liminar na Justiça de Pernambuco — derrubada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, na semana passada —, deve entrar com recurso de agravo para submeter a matéria ao colegiado do Supremo.

Para a advogada e economista Elena Landau, ex-conselheira da estatal, os processos são normais. “Toda privatização sofre esse tipo ação e reação”, disse. Um deles foi impetrado pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Energia do Rio de Janeiro e Região (Sintergia-RJ), outro na Justiça Federal do Piauí, além do recurso de Campos no STF, que a suprema corte ainda não havia recebido oficialmente, segundo a assessoria de imprensa.

Segundo o diretor executivo do Sintergia-RJ, Urbano do Vale, sindicatos de outros estados também devem acionar a Justiça. “Há ações em Recife e em Brasília. Vamos mostrar à sociedade que o governo quer entregar a Eletrobras, uma das maiores empresas de distribuição, geração e transmissão da América Latina”, afirmou.

A ação também pretende barrar a realização da AGE que vai definir o modelo de venda das seis distribuidoras que operam em Alagoas, Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia e Piauí. A Eletrobras decidiu assumir R\$ 11,2 bilhões em dívidas das distribuidoras para vendê-las, exigindo que os compradores façam investimentos.

Não são apenas sindicalistas que estão alarmados com a venda da Eletrobras. O ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Vital do Rêgo manifestou preocupação com o programa de desestatização anunciado pelo governo, que pretende arrecadar R\$ 28,5 bilhões e definir investimentos futuros de R\$ 132,7 bilhões. O ministro ressaltou que a Eletrobras, oferecida por um preço mínimo de R\$ 12,2 bilhões, possui R\$ 171,35 bilhões em ativos e R\$ 46,83 bilhões em patrimônio líquido. Vital do Rêgo disse estar apreensivo, também, com a capacidade do TCU de manter um processo de fiscalização tão extenso em tão curto período de tempo.

**VEÍCULO:** Correio Braziliense

**Seção:** Economia

**Autor:** Bruno Santa Rita

**Título:** Motoristas fazem fila por gasolina a R\$ 3,899

Desde que a Petrobras mudou a política de preços em meados do ano passado e o ajuste dos combustíveis passou a ser quase que diário, os brasilienses passaram a prestar mais atenção no valor cobrado nas bombas e a procurar por promoções. Ontem, enquanto a maioria dos postos cobrava, em média, R\$ 4,299, em Águas Claras e Taguatinga, dois postos vendiam o litro da gasolina a R\$ 3,899, com grandes filas de motoristas ansiosos por economizar.

De acordo com a gerente de um dos postos, em Águas Claras, Solange Gomes, o preço mais baixo se mantém há três meses e, por isso, o ritmo de trabalho mudou. “O posto fica muito mais cheio e precisamos atender a todos. Mas o trabalho é bom. Rende bem”, afirmou. Solange explicou que o fluxo comanda o preço. “Enquanto tiver cliente e a gente estiver ganhando dinheiro, o valor será mantido”, garantiu.

Por e-mail, os administradores do estabelecimento em Águas Claras informaram que a política de preços adotada pela empresa “varia conforme as regras usuais de mercado para qualquer tipo de produto”, e que “a negociação é individualizada com cada revendedor, levando em consideração as características da relação comercial, contratos existentes, investimentos, entre outros aspectos, porém sendo certo que a fixação do preço na bomba é de responsabilidade, única e exclusiva, de cada revendedor”.

Segundo o diretor do Centro Brasileiro de Infra-Estrutura (Cbie), Adriano Pires, os preços baixos podem vir de uma variação na forma como está sendo visto o mercado de combustíveis. “Agora nós tratamos o setor de combustíveis como outro qualquer. Temos concorrência”, afirmou. Ele explicou que os preços

acompanham o movimento do mercado internacional. “Nos últimos meses, o petróleo está em alta. Naturalmente, a gasolina também”, lembra.

“Nós estávamos acostumados com um mercado com muita intervenção. Obrigava-se a Petrobras a levar prejuízo”, explica. Para Pires, a forma de mercado que está se formando no que tange combustíveis e petróleo no Brasil vai definir uma nova relação com os consumidores. A dica que ele dá é que se preste atenção nas opções. “Se não ficou satisfeito, abasteça em outro posto. Assim funciona a concorrência”, indicou.

É o que faz o motorista de Uber Fabrício Cláudio da Silva, 34 anos. Ele procura abastecer onde o preço é menor. “Só não ponho gasolina onde é mais em conta quando eu estou longe e na reserva”, disse. Silva já estava na fila do posto há 10 minutos e não pretendia sair de lá antes de aproveitar o litro a R\$ 3,899.

O gerente comercial Manoel Sobrinho, 41, adaptou sua rota em alguns dos dias da semana para poder abastecer pelo menor preço no posto em Águas Claras. “Eu ando 70km por dia. Consumo muito, eu preciso aproveitar essas promoções”, argumenta.

Em Taguatinga, o funcionário público Sávio Geraldo, 54, passou mais de 30 minutos no posto com promoção. “O preço é chamativo”, disse. Na opinião dele, o cartel continua no DF. “Não existe concorrência, ela é falsa”, opinou.

## **Congestionamento**

Mas se o aglomerado de carros é bom para os estabelecimentos, que faturam mais, para quem passa pelas redondezas sofre com o trânsito congestionado e com o bloqueio de pontos de ônibus. Com a grande fila, alguns ônibus não param para pegar passageiros, como a dona de casa Discilene Maria da Conceição, 25, que esperava para ir a Santo Antônio do Descoberto. “O ônibus já demora a passar e, quando passa, não para por causa dos carros”, lamentou. O porteiro Reginei de Sousa Lopes, que estava no ponto havia mais de 30 minutos, reclamou que a situação estava perigosa, pois, para desviar dos carros, uma moto quase atropelou as pessoas que entravam em um ônibus.

- **Gás industrial mais barato**

A Petrobras anunciou ontem queda de 4,6% no preço do Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) destinado aos usos industrial e comercial. O novo valor vigora a partir de hoje. Segundo a companhia, a alteração é necessária por conta da queda nas cotações internacionais do produto, que reflete a proximidade do fim do inverno na Europa, onde é usado para o

aquecimento. Em nota, o Sindigás reforçou que “falta uma política de preços para o GLP empresarial, o que faz persistir a diferença de preços em relação ao residencial e, ainda, o ágio cobrado pela Petrobras em relação ao preço praticado no mercado internacional para o produto”. Pelos cálculos do sindicato, o valor do GLP empresarial está 32,82% acima da paridade de importação e 35,20% mais caro em relação ao gás comercializado em botijões de 13kg.

**VEÍCULO:** Correio Braziliense

**Seção:** Economia

**Autor:** Simone Kafruni

**Título:** Petrobras não é responsável por alta

Em Brasília, para coordenar ações sobre a renovação do conselho de administração da Petrobras, o presidente da companhia, Pedro Parente, disse ontem, ao sair do **Ministério de Minas e Energia (MME)**, que a petroleira não é responsável pela alta dos combustíveis. “O valor que a Petrobras cobra na refinaria é apenas um terço, em média, do total repassado ao consumidor. O problema certamente não está nesse um terço”, afirmou.

Segundo Parente, a companhia não tem poder de definir preços. “Trata-se de uma commodity internacional, que tem formação de preço pelo mercado. Não podemos correr o risco de impor distorções ao balanço da Petrobras, praticando preços que são diferentes na realidade internacional”, disse. “Eu não posso ter um ato de voluntarismo e dizer que ‘apesar do preço no mercado internacional ser um, nós vamos praticar outro’. Não podemos fazer isso, é uma responsabilidade nossa como administradores”, acrescentou.

Conforme apuração do Correio, os postos do Distrito Federal aumentaram a gasolina em mais de 27% desde que a Petrobras adotou a nova política de preços com reajustes praticamente diários, em julho de 2017. De fato, na refinaria, o aumento acumulado desde então é de menos de 10% por conta de vários ajustes para baixo, com reduções significativas, que os estabelecimentos comerciais nem sempre repassam ao consumir.

Para o ex-presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) Ruy Coutinho, não é o fato de a Petrobras praticar ajustes nos preços conforme as oscilações do mercado internacional que facilita a formação de cartel. “Não acho que isso seja o motivo. Vários cartéis existiram antes dessa política e foram combatidos pelo Cade”, afirmou. Na opinião de Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (Cbie), é de responsabilidade do próprio consumidor ficar de olho nos preços. “Há milhares de postos no país. Quando notar que os

preços são muito iguais, tem que denunciar”, disse.

## Conselho

O presidente da Petrobras foi no MME para conversar sobre o conselho de administração da companhia. “Está chegando a data da assembleia e está vencendo o mandato de um conselheiro, então, viemos conversar com o acionista controlador, que é o governo, por meio do Ministério de Minas e Energia. Daqui estamos indo conversar com o Ministério do Planejamento, que coordena as estatais, para relatar todo o processo”, explicou.

O mandato de Pedro Parente como presidente da Petrobras vai até abril de 2019. “Eu só posso ser presidente da empresa sendo conselheiro e o conselho vence todo em abril de 2018. É um passo formal que o meu mandato seja renovado em 2018 e se espera uma renovação majoritária”, afirmou. Ele ressaltou, contudo, que há questões relacionadas ao representante dos funcionários. “A atual representante não vai se recandidatar”, acrescentou.

Parente preferiu não falar sobre cessão onerosa, o regime no qual há uma discussão entre governo e Petrobras para ver quem tem direito sobre o excedente em óleo. “A reunião sobre cessão onerosa é em 7 de fevereiro, mas eu não sou da comissão da negociação. Entendo que, depois que começou o processo de negociação, é melhor não falar nada sobre o assunto”, afirmou.

O executivo também foi ao Supremo Tribunal Federal (STF) fazer uma visita à presidente, ministra Cármen Lúcia. “Na semana passada, estive visitando a procuradora-geral (da República) Raquel Dodge. A visita ao STF é igualmente institucional”, garantiu.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Brasil

**Autor:** André Ramalho | Do Rio

**Título:** Para ANP, sucesso no México é boa notícia para leilão brasileiro

O cenário atual da indústria de óleo e gás é positivo para a realização das rodadas de blocos exploratórios previstas para este ano, disse ontem o diretor-geral da Agência Nacional de Petróleo (ANP), Décio Oddone. Segundo ele, o sucesso do leilão realizado pelo México, que levantou US\$ 93 bilhões em investimentos, na semana passada, confirma o ciclo de retomada das petroleiras globais e representa uma boa notícia para o Brasil.

O diretor-geral da ANP não vê o sucesso mexicano como motivo de preocupação. De acordo com ele, há espaço para negócios nos dois países, porque ambos oferecem áreas atrativas.

"Não acredito nessa história de competição [por atração de investimentos entre os dois países]. Temos muita empresa no mundo. Claro que o capital é limitado, mas para os ativos que são efetivamente atraentes, vai continuar havendo interesse", disse Oddone a jornalistas, durante o lançamento, ontem, de um aplicativo de consulta de dados sobre o setor de óleo e gás, que fornece informações sobre as atividades de exploração e produção e de participações governamentais no país.

No leilão mexicano da semana passada, a Shell foi a grande protagonista: arrematou 9 das 19 áreas negociadas. Outro destaque foi a Petronas, empresa petrolífera da Malásia, que conquistou sete áreas. Multinacionais como Chevron, Repsol, Qatar Petroleum International (QPI) e Eni também marcaram presença.

"O ciclo da indústria está se confirmando. Quando se tem uma redução nos preços, a primeira coisa que as empresas fazem é ajustar custos e isso começa pela exploração. Esse ciclo é conhecido. As companhias cortam exploração, ajustam custos e, quando o preço começa a se recuperar, indústria volta a se movimentar e a começam a buscar ativos exploratórios", afirmou o diretor-geral da agência reguladora.

Na semana passada, Oddone disse que a 15ª rodada de blocos exploratórios, em março, e a 4ª rodada de partilha do pré-sal, em junho, devem gerar, juntas, R\$ 3,5 bilhões à União. No ano passado, o governo arrecadou R\$ 9,95 bilhões com a 14ª rodada e a 2ª e 3ª rodadas de partilha do pré-sal.

"Já vimos o grande interesse das empresas de voltar a pegar ativos exploratórios. Nossos leilões no ano passado foram prova disso. O leilão do México, da semana passada, confirma essa tendência. Espero que nossos leilões deste ano continuem confirmando essa tendência", disse Oddone.

A ANP espera publicar até abril a regulamentação do 'waiver' (pedido de perdão pelo não cumprimento dos índices de conteúdo local). Segundo ele, a medida é uma das pendências regulatórias a serem resolvidas pela agência este ano, assim como a regulamentação da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio) e ajustes na regulação do gás natural. "Grande parte da agenda de ajustes do ponto de vista macro e regulatório já foi feita", disse.

**VEÍCULO: Valor Econômico****Seção: Brasil****Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília****Título: União e Petrobras voltam a negociar amanhã acordo para cessão onerosa**

O presidente da Petrobras, Pedro Parente, disse que as negociações em torno da cessão onerosa à estatal de seis blocos no pré-sal serão retomadas amanhã pelo grupo técnico do governo.

Após reunião ontem com o **ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho**, Parente não quis comentar a possibilidade de o governo pagar em dinheiro o valor devido à companhia após o encontro de contas relacionado ao contrato da cessão onerosa firmado em 2010. "Vou respeitar a mesa de negociação", afirmou o executivo a jornalistas, se referindo à comissão formada por integrantes do governo e da companhia para tratar do assunto.

A possibilidade de pagamento em dinheiro do valor devido à Petrobras foi admitida na semana passada pelo secretário de Petróleo e Gás do ministério, Marcio Felix. Isso poderia ocorrer, segundo ele, com o uso de parte da outorga a ser paga por petroleiras no "megaleilão" para explorar o volume de barris que excede a quantidade cedida pela União. O contrato original previa a cessão de 5 bilhões de barris do pré-sal à estatal. O certame está programado para este ano.

Parente defendeu a posição da empresa em relação à suposta manipulação de dados sobre o teor de contaminação de água dispensada por plataformas de petróleo em alto mar, conforme reportagem do jornal "O Globo". As informações teriam sido entregues ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

De acordo com Parente, a metodologia de análise adotada pela Petrobras era usada desde 1986, seguindo regulamentação do próprio instituto. O executivo observou que o órgão ambiental mudou há dois anos os critérios de apuração do teor de óleo e graxa dispensado.

"Estamos conversando com o Ibama e discutindo a elaboração de um Termo de Ajustamento de Conduta. Mas, de maneira nenhuma, concordamos com os termos utilizados naquele relatório, uma vez que estava sendo feito exatamente como o Ibama dizia que devia que ser desde 1986", disse Parente.

O presidente da Petrobras considera que a questão será pacificada por meio do acordo negociado com o Ibama. "Temos certeza de que haverá compreensão no final para assinatura desse Termo de Ajustamento de Conduta."

Parente alegou que "existiam as duas metodologias regulamentadas pelo Ibama e, num determinado momento, eles entenderam que deveria deixar de ser feita por uma metodologia e feita por outra". O executivo discorda da posição assumida pelos técnicos do Ibama. "Achamos equivocados os termos do relatório, mas o fiscal tem autonomia para escrever o que quiser, embora nós temos também o direito de discordar."

Segundo a assessoria da estatal, o termo de compromisso busca a migração para um outro método de medição do teor de óleo e graxa (TOG) dos efluentes de suas plataformas marítimas. A Petrobras diz que já chegou a um entendimento com o Ibama.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Empresas

**Autor:** Stella Fontes | De São Paulo

**Título:** Investimento no setor deve cair neste ano

Em 2018, o investimento programado pela indústria química brasileira deverá cair a US\$ 700 milhões, mesmo valor aplicado em 2015, em plena crise econômica, e equivalente ao mais baixo orçamento desde 1995, segundo previsão da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim). Ao mesmo tempo, a participação dos importados na demanda nacional ganhou ritmo e, de 14% em 1995, chegou a 38% no ano passado, a mais alta desde o início da série histórica, em 1990.

"Se a demanda continuar crescendo neste ano, a participação dos importados, que estão tomando o lugar do produto nacional, vai renovar o recorde", diz o presidente-executivo da Abiquim, Fernando Figueiredo.

O avanço das importações, que são dominantes principalmente nos segmentos de intermediários para fertilizantes e insumos farmacêuticos, também está refletido no déficit comercial da indústria, que voltou a crescer após três anos de queda. Em 2017, o Brasil importou US\$ 37,2 bilhões em produtos químicos, resultando em saldo negativo na balança de US\$ 23,4 bilhões.

Em volume, a demanda por produtos químicos de uso industrial cresceu 6% no ano passado, para importações 21,1% superiores e produção nacional apenas 1,85% maior. "O grande problema é que não há novas fábricas planejadas", diz Figueiredo, ao comentar o declínio nos investimentos programados pelo setor. "Num momento em que o Brasil fica rico em óleo e gás, os investimentos que poderiam ser feitos não são", acrescenta.

Matéria-prima pouco competitiva e preço da energia, um dos principais insumos da indústria, ajudam a explicar a decisão de empresas do setor de investir em outros países ou não levar adiante projetos já desenhados. Entre 2012 e 2016, os investimentos no setor chegaram a US\$ 11,6 bilhões - comparáveis a US\$ 3,3 bilhões executados ou previstos entre 2017 e 2022. Mas US\$ 2,3 bilhões em projetos executados nos últimos cinco anos ainda não entraram em operação.

No ano passado, os investimentos da indústria caíram ao patamar de US\$ 1 bilhão. E, segundo a Abiquim, o encolhimento nos desembolsos, cada vez mais limitados à manutenção das operações existentes, tende a se manter até 2022, consolidando o menor ciclo de investimentos do setor nas últimas décadas. Diante desse prognóstico, Figueiredo não poupa críticas ao governo. "O governo não aceita o fato de que é necessário ter uma política industrial", diz.

Há anos, representantes dos poderes Executivo e Legislativo federal discutem com a indústria química medidas que possam sustentar o desenvolvimento da atividade no país. Um dos principais pleitos é o uso do gás natural como matéria-prima -- e acesso em condições competitivas ao insumo.

**O atual ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho**, tem dito a interlocutores da indústria que pretende "deixar encaminhado" esse assunto antes de deixar a pasta, o que deverá acontecer no início de abril.

De fato, seu ministério patrocinou a criação de um novo grupo interdisciplinar, com vistas a estudar a área de refino e petroquímica, após participar de um encontro com representantes do setor no fim do ano passado.

Mas a primeira reunião do grupo, em 29 de janeiro, terminou sem avanço, diz Figueiredo. "Não conseguimos sequer apresentar nossa proposta, que já foi classificada como política industrial, o que não é tolerado por esse governo", afirma. Nesta semana, a indústria levará o assunto à Frente Parlamentar da Química (FPQ), numa tentativa de agendar novo encontro com o ministro.

Relançada em 2016, a FPQ tem apoio de mais de 250 deputados federais e senadores em estados onde a indústria tem operações.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Empresas

**Autor:** Rodrigo Polito | Do Rio

**Título:** Ação no Piauí quer barrar AGE da Eletrobras

O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Urbana do Estado do Piauí (Sintepi) ingressou na última semana com ação popular na Justiça para impedir a realização da assembleia geral extraordinária (AGE) da Eletrobras marcada para a próxima quinta-feira e que vai deliberar sobre a proposta de venda das distribuidoras da companhia, entre elas a piauiense. A entidade alega que o modelo de venda das empresas causa dano à holding ao prever a transferência de R\$ 11,2 bilhões de dívidas das distribuidoras para a controladora.

De acordo com a ação, em que é pedida liminar para a suspensão da AGE, a proposta de venda das distribuidoras, é "manifestamente ilegal, cuja aprovação pelo voto soberano do acionista controlador, a União, redundará em prejuízos bilionários à companhia, uma vez que a assunção de dívidas da ordem de mais de R\$ 11 bilhões de reais viola inequivocamente as disposições da Lei das S.A".

O sindicato alega ainda que a venda das distribuidoras afronta o interesse social da Eletrobras, "colocando em risco a manutenção das suas atividades de uma conta insanável; gera prejuízo ao interesse dos sócios minoritários; e, principalmente, prejudica o interesse público, uma vez que a decisão afeta diretamente a continuidade do serviço público prestado pelas empresas controladas".

Além da assunção da dívida no valor de R\$ 11,2 bilhões, a holding Eletrobras pode ter de assumir créditos de R\$ 8,5 bilhões que as distribuidoras possuem com fundos setoriais. Conforme o **Valor** apurou, na assembleia, a União planeja votar contra a proposta do conselho de administração e decidir pela assunção pela holding desses créditos, que ainda não estão confirmados e podem ser transformados em passivos. A medida aumenta a atratividade das distribuidoras, porém piora o cenário para a Eletrobras e pode colocar em risco a privatização da companhia.

Em paralelo, ainda na esfera judicial, a Advocacia Geral da União conseguiu derrubar liminar que suspendia artigo da Medida Provisória 814/2017 que permitia o início de estudos sobre a privatização da holding.

A Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), que reúne entidades sindicais do setor elétrico, no entanto, também ingressou com Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a MP 814/2017. Caso o Supremo Tribunal Federal (STF) acate o pleito da federação, não só a privatização da Eletrobras estaria comprometida, mas também a das distribuidoras. Isso porque alguns pontos da MP 814 viabilizam economicamente a venda dessas empresas. **(Colaborou Camila Maia, de São Paulo)**

**VEÍCULO:** Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:** Stella Fontes | De São Paulo**Título:** Complexo da Braskem em Alagoas opera parcialmente há três semanas

Parte da produção da Braskem na fábrica de PVC, cloro e soda cáustica de Alagoas está paralisada desde a madrugada do dia 16 de janeiro em decorrência de um incêndio que destruiu uma subestação de energia, apurou o **Valor**. Inicialmente, a previsão seria de retomada das atividades na última semana de fevereiro.

Procurada, a Braskem confirmou que parte da produção de cloro e soda cáustica na unidade de Maceió foi afetada, enquanto as linhas de PVC seguem operando normalmente. A petroquímica indicou ainda que a unidade atingida deve voltar a operar nas próximas semanas.

O Sindicato dos Trabalhadores Químicos da Bahia (Sindiquímica) chegou a publicar uma nota sobre o acidente em boletim de janeiro, mas não forneceu mais informações sobre os impactos na operação.

Conforme a nota do sindicato, o incêndio de grandes proporções que atingiu a unidade de cloro e soda da fábrica teve início às 23 horas do dia 15 de janeiro, em uma bomba de diesel. O fogo se alastrou e acabou atingindo a subestação principal. Não houve feridos.

A Braskem é a maior fabricante nacional de PVC, com capacidade para 710 mil toneladas por ano, em Maceió (AL), Marechal Deodoro (AL) e Camaçari (BA). A área de vinílicos da companhia engloba ainda as operações de cloro e soda cáustica, além de hidrogênio e hipoclorito de sódio. Em soda cáustica, a capacidade é de 539 mil toneladas por ano.

A Braskem investiu R\$ 1 bilhão para ampliar a produção de PVC em Alagoas e a nova linha, de 200 mil toneladas anuais, entrou em operação em 2012. Algum tempo depois, a petroquímica chegou a um acordo para compra da concorrente Solvay Indupa, que pertencia ao grupo belga Solvay, mas o negócio foi vetado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). A Indupa acabou sendo comprada mais tarde pela Unipar Carbocloro.

**VEÍCULO:** Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Curtas

## Produção da PetroRio

A PetroRio produziu, em janeiro, 5,124 mil barris diários de petróleo no campo de Polvo, localizado na Bacia de Campos. O volume é 25,3% menor que o registrado em dezembro do ano passado. Ainda segundo a companhia, o campo de Polvo realizou uma parada anual de produção preventiva em janeiro, que resultou em uma pausa de dez dias na extração de petróleo. Já a produção de gás natural no campo de Manati, na Bacia Camamu-Almada, foi de 498,9 mil metros cúbicos diários em janeiro - referentes à fatia de 10% detida pela companhia no ativo. O volume produzido no campo é 24,3% menor que o apurado no mês anterior.

## Copel antecipa obra

A Copel informou ontem que sua linha de transmissão Estreito - Fernão Dias entrou em operação no dia 3 de fevereiro, com um mês de antecedência. O conjunto adiciona R\$ 47,6 milhões à receita anual permitida (RAP) da Copel GeT, subsidiária da companhia. A linha, que estava inicialmente prevista para entrar em operação em março de 2018, tem extensão de 342 quilômetros e tensão de 500 quilovolts (Kv). O trecho passa pelos Estados de São Paulo e Minas Gerais. O empreendimento, que pertence à sociedade de propósito específico (SPE) Cantareira, permitirá maior intercâmbio de energia, contribuindo com a segurança e a confiabilidade operacional do sistema elétrico.

## Minério volta a subir

O minério de ferro seguiu em recuperação ontem no mercado à vista da China, influenciado pelos ganhos dos contratos futuros. Os preços da matéria-prima com pureza média de 62% entregue no porto de Qingdao subiram 1,8%, para US\$ 75,70 por tonelada, segundo o índice da "Metal Bulletin". Após perder força no fim de janeiro, a cotação do insumo inverteu a tendência e acumula dois dias de avanço. Desde 22 de janeiro o valor não era tão alto. Em fevereiro a alta é de 3,8%.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Empresas

**Autor:** Michael Pooler | Financial Times, de Londres

**Título:** Excesso de aço na Europa é de 20%, diz CEO da Voestalpine

A indústria siderúrgica europeia tem até 20% de excesso de capacidade produtiva e precisa estar preparada para fechar fábricas se não quiser ser superada por rivais externos de menor custo, segundo o executivo-chefe do grupo austríaco Voestalpine, Wolfgang Eder. Ele disse que cerca de 20% da

capacidade na região é desnecessária e que o setor deveria fechar usinas e, ao mesmo tempo, direcionar seu foco à fabricação de produtos de maior valor agregado em vez do metal em forma de commodities

"Enquanto tantas usinas na Europa produzirem o mesmo material que competidores não europeus podem produzir com uma base de custos muito menor, não deveríamos ficar surpresos com o sofrimento da indústria siderúrgica europeia", disse Eder.

"O risco é que em algum momento, em razão da fraqueza financeira e da [falta de] lucratividade suficiente de longo prazo, os produtos de alta qualidade [e] alto padrão passem a vir cada vez menos de produtores europeus e sejam substituídos por produtos de alto padrão de produtores de outras partes do mundo, porque eles têm vantagem de custo."

Recentemente, depois de anos de dificuldades na esteira da crise financeira mundial de 2008, o setor siderúrgico europeu mostrou sinais de recuperação, com aumento na demanda, queda nas importações e alta nos preços, o que melhorou os lucros de nomes como ArcelorMittal, ThyssenKrupp e Salzgitter.

Há duas grandes fusões em andamento que vão contribuir para consolidar a indústria siderúrgica europeia, a compra da italiana Ilva pela ArcelorMittal e a fusão das operações europeias da Tata Steel com as da ThyssenKrupp. Nenhuma, no entanto, parece prever o fechamento de grandes operações.

Enquanto no passado muitas siderúrgicas europeias se expandiram para ganhar escala, Eder, há 14 anos no comando da Voestalpine, disse que agora é importante que o setor europeu priorize a qualidade em vez da quantidade. "Na Europa, você apenas pode arcar com a produção de tipos refinados de aço, tipos de aço de valor agregado", acrescentou.

Várias siderúrgicas europeias vêm desenvolvendo variedades de aço de alta resistência. Esses novos produtos permitem às montadoras usar menos quantidades de aço na produção de carros com o fim de torná-los mais leves e melhorar o consumo de combustível.

Desde a virada do milênio, a Voestalpine transformou-se em um grupo que também produz materiais especiais e componentes projetados, como peças para carros e aviões e sistemas de mudanças de trilhos para os trens. A produção de aço básico representa apenas cerca de 30% de sua receita de € 11,3 bilhões.

O problema do excesso de capacidade siderúrgica é mundial e provocou em parte a volatilidade dos preços vista nos últimos anos. A China, que produz metade do aço mundial, vem fechando usinas como parte de uma ampla

reforma industrial, depois das acusações de fazer dumping ao despejar aço nos mercados internacionais a preços muito baixos.

Quando as usinas siderúrgicas operam abaixo da capacidade, usam as matérias-primas de forma menos eficiente e são obrigadas a reduzir os preços na luta para ganhar encomendas e cobrir seus altos custos operacionais fixos.

Consultores da McKinsey disseram em recente informe que a utilização geral das usinas na Europa ainda não estava em "um nível economicamente saudável".

"No ambiente econômico de hoje, a maioria dos participantes [na Europa] dificilmente consegue financiar inovações ao investir em bens de capital ou desenvolver sua base de ativos", escreveram.

O analista Seth Rosenfeld, do Jefferies, concorda que seria "sensato" se a Europa tivesse menos usinas siderúrgicas no longo prazo, mas disse que as boas condições predominantes no mercado atual diminuíram as pressões por enquanto. "Com as importações em declínio e a demanda doméstica em alta, não há necessidade imediata de fechar a capacidade siderúrgica bruta no curto prazo."

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Seção: Agronegócios**

**Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo**

**Título: Unica critica IPI menor para carro elétrico**

A indicação dada pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic) de que o governo deve reduzir o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de 25% para 7%, tanto para carros elétricos como para os híbridos, comemorada por fabricantes que desenvolvem essas tecnologias, não foi bem recebida pelas usinas de etanol.

Para Elizabeth Farina, presidente da União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica), essa medida seria "contraditória" em relação aos objetivos do recém-sancionado RenovaBio, marco regulatório criado para elevar a participação dos biocombustíveis na matriz energética brasileira.

"Primeiro, o presidente sanciona o RenovaBio, que indica qual vai ser o papel dos biocombustíveis na matriz do Brasil até 2030, o que vai demandar retomada de investimentos em capacidade de produção. No dia seguinte, aparece nos jornais que o governo vai desonerar o carro elétrico, o que aponta na direção de reduzir a participação dos biocombustíveis. Como política pública de orientação

de investimentos, é no mínimo difícil de compreender", diz Farina, que passou o último ano acompanhando as discussões que culminaram no RenovaBio.

Nada, porém, que ameace o setor, avalia. "Isso não quer dizer que vai deixar de se apostar no biocombustível, porque temos muitas vantagens em termos de custo, de domínio de tecnologia", ponderou a presidente da associação que reúne usinas responsáveis por cerca de 90% da cana processada no país.

A Unica deve continuar focada neste ano no acompanhamento do RenovaBio, que passará agora pela fase de regulamentação, com a definição das metas de emissão de gases de efeito estufa. Afinal, o grau de incentivo aos investimentos no setor sucroalcooleiro dependerá em grande parte dessas metas, segundo Farina.

A entidade também participa de outros debates. Tem feito périplos por Brasília para discutir com os ministérios as diretrizes do Rota2030, que ainda está sendo elaborado no governo para substituir o Inovar-Auto.

Desde o início das discussões a respeito do RenovaBio, setor privado e membros do governo têm defendido que deve haver um alinhamento dele com o programa para a indústria automotiva. Contudo, mesmo que o objetivo da desoneração dos carros elétricos e híbridos também seja o de reduzir emissões - que é o eixo do RenovaBio - a Unica ainda vê incongruência.

O argumento do setor é que o carro flex é uma solução "ambiental" já desenvolvida pela indústria brasileira e que tem um nível de emissões de gás carbônico menor que os veículos elétricos que rodam na Europa. O cálculo que se faz é das emissões desde a geração da energia elétrica - que na Europa depende em grande parte do carvão - até as emissões do veículo.

A realidade brasileira, porém, é diferente. Atualmente, 81% da capacidade instalada de geração de energia do país é de fontes renováveis, somando as fontes hidráulica, a biomassa, eólica e solar, segundo dados mais recentes do **Ministério de Minas e Energia (MME)**.

Farina reconhece a diferença, mas defende que, "na margem, o crescimento da demanda por energia vai exigir participação maior de fósseis, como o gás". De fato, nos últimos leilões de contratação de energia realizados em 2017, foi alta a participação de termelétricas a gás, que estarão em operação a partir de 2021 e 2023. Com isso, a fatia dos renováveis a partir de então tende a diminuir.

"Se é para estimular o carro elétrico, tem o carro híbrido, que é elétrico. Então, para sinalizar consistência [com o RenovaBio], eu daria uma desoneração maior para o híbrido flex", defende ela.

Ainda não há veículos híbridos flex nas linhas de montagem. A única fabricante que anunciou o desenvolvimento de um modelo desses é a Toyota. Hoje, existem só seis modelos híbridos, todos de luxo, e são abastecidos apenas com gasolina.

**MME / ASCOM .**